



SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA (VIRTUAL) DE 09/06/2020

ORDEM DO DIA

ZÉ SILVA (SOLIDARIEDADE - MG) - Solicitação aos Deputados de aprovação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 886, de 2020, acerca da adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da pandemia da Covid-19, durante o estado de calamidade pública vigente no País. Agradecimento ao Presidente Rodrigo Maia pela designação do orador para Relator da matéria.

PAULO GANIME (NOVO - RJ) - Razões do posicionamento do orador contrário à aprovação do Projeto de Lei nº 886, de 2020, acerca da adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da pandemia da Covid-19, durante o estado de calamidade pública vigente no País. Declaração de voto do partido NOVO pela rejeição do requerimento de apreciação da propositura em regime de urgência.

JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Críticas ao partido NOVO pelo posicionamento contrário à aprovação do Projeto de Lei nº 886, de 2020, acerca da adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da pandemia da Covid-19, durante o estado de calamidade pública vigente no País. Defesa da aprovação do requerimento de apreciação da propositura em regime de urgência.

ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Apoio do PSB à aprovação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 886, de 2020, acerca da adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da pandemia da Covid-19, durante o estado de calamidade pública vigente no País.

PERPÉTUA ALMEIDA (PCDOB - AC) - Apoio do PCdoB à aprovação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 886, de 2020, acerca da adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos



socioeconômicos decorrentes da pandemia da Covid-19, durante o estado de calamidade pública vigente no País.

ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) - Apoio à aprovação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 886, de 2020, acerca da adoção de medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da pandemia da Covid-19, durante o estado de calamidade pública vigente no País. Elogio ao Relator da matéria, Deputado Zé Silva. Expectativa de rejeição, pelo Congresso Nacional, de voto presidencial apostado ao projeto de concessão de auxílio emergencial aos agricultores familiares, em face da pandemia de coronavírus.

FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - Elevado número de óbitos registrados no País em decorrência da Covid-19. Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, referente à regulamentação do acordo direto para o pagamento com desconto ou parcelado de precatórios federais, e à destinação dos recursos obtidos ao enfrentamento da situação de emergência de saúde pública decorrente da pandemia de coronavírus, ou para o pagamento de dívidas da União contraídas no combate à Covid-19. Razão do posicionamento do PSOL contrário à aprovação do mérito da proposição.

MARCELO RAMOS (PL - AM) - Esclarecimento à Deputada Fernanda Melchionna sobre o teor do Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, relativo à regulamentação do acordo direto para o pagamento com desconto ou parcelado de precatórios federais, e à destinação dos recursos obtidos ao enfrentamento da situação de emergência de saúde pública decorrente da pandemia de coronavírus, ou para o pagamento de dívidas da União contraídas no combate à Covid-19.

VINICIUS POIT (NOVO - SP) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, referente à regulamentação do acordo direto para o pagamento com desconto ou parcelado de precatórios federais, e à destinação dos recursos obtidos ao enfrentamento da situação de emergência de saúde pública decorrente da pandemia de coronavírus, ou para o pagamento de dívidas da União contraídas no combate à Covid-19.



PERPÉTUA ALMEIDA (PCDOB - AC) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, referente à regulamentação do acordo direto para o pagamento com desconto ou parcelado de precatórios federais, e à destinação dos recursos obtidos ao enfrentamento da situação de emergência de saúde pública decorrente da pandemia de coronavírus, ou para o pagamento de dívidas da União contraídas no combate à Covid-19.

FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - Recomendação de filme do Diretor Zeca Brito aos Deputados. Importância da luta do ex-Governador Leonel de Moura Brizola contra a ditadura militar, como fonte de inspiração para os Parlamentares.

ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Razões do posicionamento do PSB contrário à aprovação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.411, de 2020, sobre a autorização aos profissionais de saúde da dedução da base de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Física, constante na Lei nº 9.250, de 1995, da aquisição de equipamentos de proteção individual, adquiridos entre 26 de fevereiro de 2020 até o fim da emergência de saúde pública decorrente da Covid-19, no limite máximo individual de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

FÁBIO TRAD (PSD - MS) - Maior atenção dos Deputados na votação do mérito do Projeto de Lei nº 1.581, de 2020, referente à regulamentação do acordo direto para o pagamento com desconto ou parcelado de precatórios federais, e à destinação dos recursos obtidos ao enfrentamento da situação de emergência de saúde pública decorrente da pandemia de coronavírus, ou para o pagamento de dívidas da União contraídas no combate à Covid-19. Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.411, de 2020, sobre a autorização aos profissionais de saúde da dedução da base de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Física, constante na Lei nº 9.250, de 1995, da aquisição de equipamentos de proteção individual, adquiridos entre 26 de fevereiro de 2020 até o fim da emergência de saúde pública decorrente da Covid-19, no limite máximo individual de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

PAULO GANIME (NOVO - RJ) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.411, de 2020, sobre a autorização



aos profissionais de saúde da dedução da base de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Física, constante na Lei nº 9.250, de 1995, da aquisição de equipamentos de proteção individual, adquiridos entre 26 de fevereiro de 2020 até o fim da emergência de saúde pública decorrente da Covid-19, no limite máximo individual de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.411, de 2020, sobre a autorização aos profissionais de saúde da dedução da base de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Física, constante na Lei nº 9.250, de 1995, da aquisição de equipamentos de proteção individual, adquiridos entre 26 de fevereiro de 2020 até o fim da emergência de saúde pública decorrente da Covid-19, no limite máximo individual de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.411, de 2020, sobre a autorização aos profissionais de saúde da dedução da base de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Física, constante na Lei nº 9.250, de 1995, da aquisição de equipamentos de proteção individual, adquiridos entre 26 de fevereiro de 2020 até o fim da emergência de saúde pública decorrente da Covid-19, no limite máximo individual de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

SILVIO COSTA FILHO (REPUBLICANOS - PE) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.411, de 2020, sobre a autorização aos profissionais de saúde da dedução da base de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Física, constante na Lei nº 9.250, de 1995, da aquisição de equipamentos de proteção individual, adquiridos entre 26 de fevereiro de 2020 até o fim da emergência de saúde pública decorrente da Covid-19, no limite máximo individual de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais). Prioridade do Congresso Nacional na discussão da proposta de criação de renda básica destinada às populações carentes.

JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Pedido à Presidência de votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 892, de 2020, sobre a alteração da Lei



nº 8.080, de 1990, com vista à unificação de informações relativas ao número e disponibilidade de leitos ambulatoriais de tratamento intensivo nos sistemas de saúde e à requisição, pelo Sistema Único de Saúde - SUS, de até 20% dos leitos de unidades particulares no caso de situação de emergência.

VITOR HUGO (PSL - GO) - Comparecimento do Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, à Casa para esclarecimento da divulgação de dados pertinentes à Covid-19.

PAULO GANIME (NOVO - RJ) - Orientação de bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 2.494, de 2020, sobre a concessão de adicional de insalubridade, no valor de 50%, aos empregados de estabelecimentos de saúde expostos ao coronavírus.

HIRAN GONÇALVES (PP - RR) - Emissão de parecer ao substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 1.409-B, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.979, de 2020, com vista à adoção de medidas imediatas de preservação da saúde e da vida dos profissionais considerados essenciais ao controle de doenças e à manutenção da ordem pública, durante o estado de emergência decorrente da pandemia de coronavírus.

LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP) - Orientação de bancada na votação do substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 1.409-B, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.979, de 2020, com vista à adoção de medidas imediatas de preservação da saúde e da vida dos profissionais considerados essenciais ao controle de doenças e à manutenção da ordem pública, durante o estado de emergência decorrente da pandemia de coronavírus. Apresentação do Projeto de Lei nº 3.184, de 2020, a respeito das medidas de proteção, apoio psicológico e pagamento, pela União, de compensação financeira aos agentes sepultadores durante o período de emergência de saúde pública decorrente da pandemia de coronavírus.

JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Desistência, pelo Governo Federal, da transferência de recursos do Programa Bolsa Família para a Secretaria Especial de Comunicação Social - SECOM.

VINICIUS POIT (NOVO - SP) - Orientação de bancada na votação do substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 1.409-B, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.979, de 2020, com vista à adoção de medidas imediatas de preservação da saúde e da vida dos



profissionais considerados essenciais ao controle de doenças e à manutenção da ordem pública, durante o estado de emergência decorrente da pandemia de coronavírus.

VITOR HUGO (PSL - GO) - Participação do Ministro interino da Saúde, general Eduardo Pazuello, em reunião da Comissão Externa de Ações contra o Coronavírus. Compromisso do Governo Federal de transparência na divulgação de dados relativos à Covid-19. Solidariedade aos familiares das vítimas do doença no Brasil. Relato da reunião de Líderes governistas com Ministros de Estado, para debate de ações destinadas à retomada do desenvolvimento socioeconômico brasileiro.

HIRAN GONÇALVES (PP - RR) - Relevância dos trabalhos da Comissão Externa de Ações contra o Coronavírus. Aprovação, pela Casa, do substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 1.409, de 2020, sobre a adoção imediata de medidas de preservação da saúde e da vida dos profissionais considerados essenciais ao controle de doenças e à manutenção da ordem pública, durante a emergência de saúde pública decorrente da pandemia de coronavírus.

HILDO ROCHA (MDB - MA) - Contrariedade à postergação das eleições municipais de 2020. Defesa da adoção de medidas de segurança sanitária para a realização do pleito eleitoral. Posicionamento contrário à ampliação de mandatos de Vereadores e Prefeitos Municipais. Prática do crime de improbidade administrativa pelos Governadores da Região Nordeste, demonstrada na compra de respiradores pulmonares por meio do Consórcio Nordeste.

PERPÉTUA ALMEIDA (PCDOB - AC) - Acolhimento pelo Ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, de ação ajuizada por partidos oposicionistas a favor da divulgação, pelo Governo Federal, de dados epidemiológicos relativos à Covid-19. Postura irresponsável do Presidente Jair Bolsonaro na gestão da crise gerada pelo coronavírus.

IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Postura genocida do Governo Jair Bolsonaro diante da pandemia de coronavírus. Denúncia de oferecimento, pelo Governo Federal, de cargos a Deputados para rejeição de pedido de *impeachment* do Presidente Jair Bolsonaro. Ocorrência de manifestações populares contra o Presidente da República.

ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Desistência, pelo Governo Federal, do remanejamento de recursos do Programa Bolsa Família para a Secretaria Especial de Comunicação Social -



SECOM. Resultados positivos da pressão exercida sobre o Ministério da Saúde, para manutenção da sistemática de divulgação de dados relativos à Covid-19. Incompetência do Governo Jair Bolsonaro na gestão da crise provocada pela pandemia de coronavírus. Posicionamento do PSB contrário à redução do auxílio pecuniário emergencial concedido a famílias carentes, trabalhadores informais e autônomos.

GONZAGA PATRIOTA (PSB - PE) - Apresentação de requerimento de indicação ao Poder Executivo para venda do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - CEITEC.

GIL CUTRIM (PDT - MA) - Protagonismo do Poder Legislativo na adoção de medidas de combate à pandemia de coronavírus. Posicionamento contrário à redução do auxílio pecuniário emergencial concedido a famílias carentes, trabalhadores informais e autônomos. Morosidade do Governo Federal na liberação de recursos emergenciais aos Estados e Municípios. Emissão de parecer ao substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 1.562, de 2020, sobre alteração da Lei nº 13.979, de 2020, com vista ao uso obrigatório de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados, em vias e transportes públicos, durante a vigência das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia da Covid-19.

VINICIUS POIT (NOVO - SP) - Orientação de bancada na votação do substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 1.562, de 2020, sobre alteração da Lei nº 13.979, de 2020, com vista ao uso obrigatório de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados, em vias e transportes públicos, durante a vigência das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia da Covid-19.

JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Anúncio de criação pelo Governo Federal e pela Câmara dos Deputados, respectivamente, da Renda Brasil e da Renda Cidadã, destinadas ao combate à miséria pós-pandemia. Atuação criminosa do Governo Jair Bolsonaro quanto ao enfrentamento da Covid-19. Crises humanitária, econômica e sanitária reinantes no País. Incompetência do Governo Jair Bolsonaro na gestão da crise sanitária. Alcance social do Programa Bolsa Família. Não inclusão, no debate de recente reunião ministerial, da tragédia causada pela pandemia de coronavírus no País. Defesa de prorrogação do auxílio pecuniário



emergencial concedido às famílias carentes, aos trabalhadores informais e autônomos para enfrentamento da crise gerada pela Covid-19.

PATRICIA FERRAZ (PODE - AP) - Crise reinante no Estado do Amapá em decorrência da pandemia de coronavírus. Falecimento de profissionais da saúde amapaenses infectados pela Covid-19. Solidariedade aos familiares das vítimas da doença. Agradecimento à Cruz Vermelha Brasileira pela doação ao Amapá de mantimentos, suplementos alimentares, álcool em gel e equipamentos de proteção individual para enfrentamento da situação de emergência provocada pela Covid-19. Agradecimento à Força Aérea Brasileira - FAB, a empresas privadas, à Embaixada da França, ao Comitê da Crise, à Comissão Externa de Ações contra o Coronavírus pelo apoio prestado ao Estado do Amapá diante da pandemia da Covid-19. Agradecimento ao Presidente Rodrigo Maia, ao ensejo do encerramento do mandato parlamentar da oradora.

JULIAN LEMOS (PSL - PB) - Emissão de parecer ao substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 675-A, de 2020, sobre a suspensão retroativa e o impedimento de novas inscrições nos cadastros de empresas de análises e informações para decisões de crédito, durante a vigência do estado de calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19.

JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - Contestação e repúdio ao dossiê veiculado pela *TV Record* e pelo canal *CNN* contra a oradora, originário do chamado gabinete do ódio. Prática, pela Deputada Carla Zambelli, dos crimes de corrupção ativa, cooptação e tráfico de influência.

ENIO VERRI (PT - PR) - Inconsistência do pronunciamento do Líder do Governo na Casa acerca da apresentação, pelo Ministro da Saúde, de soluções efetivas para a crise sanitária reinante no País. Submissão do Presidente Jair Bolsonaro ao Presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump. Urgente necessidade de afastamento do Presidente da República. Imediata prorrogação do auxílio financeiro emergencial concedido às famílias carentes, aos trabalhadores informais e autônomos para enfrentamento da crise provocada pela pandemia de coronavírus. Acerto do posicionamento do Supremo Tribunal Federal, da imprensa e do Presidente Rodrigo Maia, favorável à divulgação do número de óbitos e de casos confirmados de Covid-19 no País.



PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT) - Incompetência do Presidente da República e do Ministro da Saúde na gestão da crise provocada pela Covid-19. Falta de condições financeiras de grande parte do alunato brasileiro para acesso às plataformas virtuais de ensino durante a pandemia de coronavírus. Atuação desastrosa do Ministro da Educação. Preocupação da oradora com o retorno à aulas diante da Covid-19. União dos Parlamentares em torno da melhoria das condições de saúde do povo brasileiro.

HILDO ROCHA (MDB - MA) - Pedido à Presidência de votação do requerimento de tramitação, em regime de urgência, da proposta de concessão de adicional de insalubridade aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias.

ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP) - Importância da votação pela Casa de conjunto de projetos de lei destinados ao combate à pandemia de coronavírus, em especial ao apresentado pela Deputada Carmen Zanotto acerca da compulsoriedade da remessa de dados relativos à incidência da Covid-19. Liberação, pelo Governo Federal, da primeira parcela do auxílio emergencial concedido aos Estados e Municípios para enfrentamento do coronavírus. Importância da aprovação pela Casa da proposta de concessão do auxílio emergencial de 600 reais às famílias carentes, aos trabalhadores informais e autônomos. Expectativa de votação das Medidas Provisórias de nºs 944, de 2020, relativa à instituição do Programa Emergencial de Suporte a Empregos; 958, de 2020, acerca do estabelecimento de normas para a facilitação do acesso ao crédito e mitigação dos impactos econômicos decorrentes da pandemia de coronavírus; e 975, de 2020, sobre a instituição do Programa Emergencial de Acesso a Crédito; e a alteração das Leis de nºs 12.087, de 2009, e 13.999, de 2020. Reiteração do compromisso do orador com o regime democrático.

CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) - Contestação às acusações de Deputada contra a oradora. Encaminhamento de Representação à Procuradoria-Geral da República e de pedido de cassação do mandato da Deputada ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

FLÁVIA MORAIS (PDT - GO) - Emissão de parecer ao substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 1.291-A, de 2020, relativo à definição como essenciais dos serviços e atividades abrangidos pela inciso II, § 1º, art. 3º, do Decreto nº 10.282, de 2020, relacionados às mulheres em situação de violência doméstica ou familiar, aos casos de suspeita ou



confirmação de violência praticada contra idosos, crianças ou adolescentes; e o estabelecimento da forma de cumprimento de medidas de combate e prevenção à violência doméstica e familiar previstas na Lei nº 11.340, de 2006 (Lei Maria da Penha), e no Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 (Código Penal), durante a vigência da Lei nº 13.979, de 2020, ou no decurso do estado de emergência de caráter humanitário e sanitário no território nacional.

ENCERRAMENTO